

Editorial

Com o presente número, reabre-se mais um ciclo de vida da revista *Cidades. Comunidades e Territórios*. Realmente, tal como fomos dando conta na edição dos números anteriores, o primeiro ciclo da revista correspondeu, de algum modo, a um desafio sobre a capacidade editorial do Centro de Estudos Territoriais na divulgação e debate sobre as questões urbanas e territoriais. Por outro lado, uma avaliação mais rigorosa sobre o «lugar» técnico e científico que a revista possa vir a ocupar, apela, se não mesmo exige a produção de uma «massa crítica» suficiente, o que, no presente caso, aconselha ao desenvolvimento deste projecto editorial. Mas não só. Ainda que de uma forma um tanto discreta (o que, efectivamente, dificulta ainda aquela mesma avaliação), o presente projecto editorial tem vindo a recolher, sucessivamente, alguns sinais positivos (continuidade e/ou renovação no apoio editorial, por parte de certas instituições públicas, novos assinantes, etc.), que, globalmente, acabam por encorajar à prossecução do projecto. A própria mudança da entidade distribuidora, leva-nos a admitir uma maior divulgação da revista, única forma, como sabemos, de se poder retirar ilações mais rigorosas sobre a qualidade e a pertinência deste específico projecto editorial. Continuamos, pois!...

E, nessa caminhada, o presente número, que reabre, como dissemos, um novo ciclo da revista, continua a prosseguir um dos objectivos centrais da respectiva plataforma editorial, que, ao nível dos conteúdos de cada edição, se consubstancia no compromisso entre uma parte mais ensaísta, de ordem teórica e/ou metodológica, e um conjunto de textos de natureza mais documental e/ou empírica. Uma tal distinção, que, de certo modo, vai ao encontro da própria produção do Centro de Estudos Territoriais, tende a ser polarizada por um determinado tema, o que não significa que se trate, propriamente, da edição de números temáticos.

Nesta edição, em que aquela parte ensaísta é, sobretudo, de ordem metodológica, a área temática que atravessa diversas abordagens, abre-se para um conjunto de temas mais específicos, relativamente articulados entre si, tais como a participação dos actores sociais, os processos de *intervenção* urbana e a própria *prospectiva*, no quadro do planeamento estratégico urbano. Tais abordagens reportam-se,

na generalidade dos casos, a contextos de acção social e de intervenção territorial, nomeadamente nas situações de reabilitação urbana ou de realojamento habitacional. Um outro bloco de textos, de natureza sobretudo documental, apresenta e discute um conjunto de programas de intervenção social e territorial (alguns dos quais de origem comunitária europeia), em que as questões temáticas anteriores não deixam de estar presentes. O presente número é completado, ainda, com dois outros textos de natureza distinta dos anteriores: num primeiro caso, trata-se de um artigo que, embora abrindo uma nova área temática, se situa, ainda, no domínio das questões urbanas; pelo contrário, no outro caso, o tema em discussão é relativamente inédito na revista, situação que, contudo, se enquadra nos objectivos do projecto editorial, que admite, assim, a exploração de abordagens temáticas relativamente “exteriores” aos enfoques principais da revista.

Explicitando, agora, os respectivos conteúdos, é de referir, desde já, que os primeiros dois textos estão, implicitamente, articulados. Deste modo, se o artigo de M. Bonetti e de P. Séchet (cuja publicação se insere na procura de internacionalização da revista, tal como temos vindo a defender) apresenta um quadro metodológico muito específico, centrado na “participação dos habitantes”, a propósito de determinadas “operações de reabilitação urbana”, o texto seguinte, de M. João Freitas, desenvolve esse mesmo enquadramento analítico, enquanto “metodologia de programação generativa”, aplicada, no entanto, a um caso concreto, reportado ao concelho de Cascais. Conquanto os objectos analíticos destes dois textos sejam distintos – no primeiro caso, a reabilitação urbana, enquanto que no segundo é do realojamento social que se trata – é o respectivo quadro metodológico que, como dissemos, permite acentuar a sua estreita articulação. O artigo de M. Perestrelo, que se situa numa abordagem metodológica diferente, mas bastante actual – o “método dos cenários”, enquanto instrumento privilegiado de análise prospectiva, referenciado, neste caso, ao planeamento estratégico – remata este primeiro conjunto de textos em torno dos temas anteriormente referidos. O texto seguinte, de V. Matias Ferreira, abre, como dissemos, uma nova área temática – jogando, então, com a “globalização

do ambiente” e com a “localização do ambiente urbano” – estabelecendo, contudo, uma “ponte” entre as abordagens mais propriamente urbanas, para as que têm o território, em geral, como contextualização analítica de referência.

Entramos, assim, num segundo bloco de artigos, que, de acordo com o que acima explicitámos, têm um denominador comum: a apresentação e a divulgação de certos programas de desenvolvimento social, nomeadamente ao nível local da sua incidência, e cuja implementação não deixa de estar associada a situações de acentuada exclusão social. Assim, o texto de M. do Carmo Nunes apresenta um programa muito específico (apoiado com fundos da União Europeia) – Iniciativa Comunitária EQUAL – que pressupõe uma estreita ligação entre “parcerias de desenvolvimento” e o que a recente linguagem técnico-científica designa por “empowerment”. O texto seguinte, de J. Luís Castro e A. Teixeira Gonçalves, retoma alguns dos objectivos anteriormente referidos, centrando-se, agora, no programa Rede Social, que, no presente caso, procura articular o “desenvolvimento de estruturas de parceria” e a “promoção do desenvolvimento social local”. Finalmente, o texto de A. Cardoso, procurando colocar-se numa lógica “da base para o topo”, aborda questões de “coordenação das políticas sociais activas”, tomando como referência o caso do “rendimento mínimo garantido”.

Deslocando a abordagem analítica e o próprio tema de observação, o texto de I. Duarte e de M. Matos discute alguns dos “riscos educativos no ensino básico”, através de “uma aproximação às dinâmicas territoriais”. À semelhança dos números anteriores, a presente edição termina com diversas notícias, basicamente de natureza bibliográfica, mas também com outras resenhas críticas.

Como se verá, independentemente da natureza formal das diversas abordagens aqui apresentadas, a generalidade dos artigos publicados questionam, em distintos quadros problemáticos, a estreita conexão entre as modalidades de acção social e os limites e consequências da intervenção urbana e territorial. É, de resto, esta íntima interacção – em relação à qual se coloca, inevitavelmente, a dimensão política do exercício dos diversos poderes – que dá também sentido à existência da revista *Cidades*. É certo que a lógica muito particular duma publicação “em revista” tende a fragmentar aqueles diversos olhares, simultaneamente sociais e territoriais. Ao leitor, portanto, o desafio de ir “colando” essas diversas fragmentações, em cada número (ainda que vários fios temáticos o percorram), mas também em relação aos números anteriormente publicados. De resto, não é um desafio muito diferente do que a vida quotidiana lhe (nos) coloca!...

Vitor Matias Ferreira